

PREGÃO ELETRÔNICO

006/2025 (90006/2025 – NUMERAÇÃO COMPRASNET)

CONTRATANTE (UASG)

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO E SANEAMENTO (928496)

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total para a retroescavadeira Randon RD 2019/2019 da frota do DMAES, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, parabrisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas – conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Licitação para Ampla Concorrência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (Valor máximo aceitável total)

R\$ 9.499,48 (nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **12/06/2025 às 14h** (*horário de Brasília*) no Portal de Compras do Governo Federal – endereço eletrônico: <https://compras.gov.br>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO/TIPO:

Menor preço/Menor preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não. Licitação para Ampla Concorrência.

REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

Parcelado, conforme demanda (durante a vigência do contrato)

EDITAL Nº 008/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

Sumário

1.	DO OBJETO	1
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	1
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	1
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	1
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	1
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	1
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	1
8.	DOS RECURSOS	1
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	1
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	2
11.	DA RETENÇÃO DO IR NA FONTE	2
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	2
	ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	2
	ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	3
	ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	3
	ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA	5

EDITAL Nº 008/2025

DMAES – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO E SANEAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2025

Torna-se público que o DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG, sediado à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, por meio do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) Oficial, LÚCIO MAURO GOMIDES, matrícula funcional nº 0507, com auxílio dos servidores Elias Antônio Coutinho, matrícula funcional nº 0561 e Carlos Henrique Marcelo, matrícula funcional nº 0480, Agentes de Contratação designados para a Equipe de Apoio, todos nomeados pela Portaria nº 029/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total para a retroescavadeira Randon RD 2019/2019 da frota do DMAES, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, parabrisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas – conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Licitação para Ampla Concorrência..

1.2. A licitação será realizada por item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas

relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento do item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto

nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema

eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor Unitário e Valor Total do Item;
- 4.1.2. Marca para todos os itens que compõem o objeto;
- 4.1.3. Fabricante de todos os itens que compõem o objeto;
- 4.1.4. Descrição de todos os itens que compõem o objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e

da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3.1. Será desclassificada, ainda, a proposta que identifique o licitante.

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor proposto para cada item, de acordo com o tipo de licitação adotada por este Edital.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances **deverá ser de 1,00 % (um por cento) em relação ao valor máximo aceitável.**

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11.1. No modo de disputa aberto, adotado nesse certame, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.

5.12. Como será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do

período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação está disponível a todos os licitantes e constará no resultado.

5.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. A Proposta atualizada deverá conter também alguns dados da empresa: RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM CEP, TELEFONE E EMAIL PARA CONTATO, RESPONSÁVEL

LEGAL E CPF.

5.21.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou a seu critério por interesse público.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. O não envio da Proposta atualizada no prazo estabelecido poderá ensejar na não aceitação da Proposta pelo Pregoeiro e a convocação do próximo colocado para negociação.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União(<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos,

desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações

constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e/ou cláusula 7.18 e seguintes deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos documentos inseridos e disponibilizados no registro cadastral do SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticado por qualquer outro meio legitimamente válido.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 § 1º da Lei nº 14.133/2021).

7.8. A habilitação deverá ser inserida no SICAF, nos documentos por ele abrangidos e poderá ser complementada em diligência do Agente de Contratação junto à licitante ou aos órgãos emissores dos respectivos documentos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade

do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto às instituições/órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam inseridos no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, anexados no momento da inserção da proposta, ou, complementados após a convocação do Pregoeiro, no prazo não inferior a **2 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12.3. juntada de documentos preexistentes à data do certame que não foi possível ser juntado no SICAF por não fazer parte da lista de documentos do cadastro federal.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta

que atenda ao presente edital.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18. DA HABILITAÇÃO:

7.18.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.18.1.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.18.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

7.18.1.2. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- c) a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;**
- d) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;**
- e) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;**
- f) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

7.18.1.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.18.1.2.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.18.1.2.3. Caso o número de inscrição no CNPJ, no Estado e no Município, conste em qualquer uma das comprovações apresentadas para cumprimento da exigência das alíneas “c”, “d”, “e”, será considerado aceito para fins de comprovação das alíneas “a” e “b”.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de

lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Com fulcro no Decreto Municipal nº 12.764/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.3.1. advertência;

9.3.2. multa:

a) compensatória e

b) de mora.

9.3.3. impedimento de licitar e contratar e

9.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

9.7. Para efeito deste edital, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

9.8. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I – descumprimento de pequena relevância;
- II – inexecução parcial de obrigação contratual.

9.8.1. Para os fins deste edital, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

9.9. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.9.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

9.9.2. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

9.9.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

9.9.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

9.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos;

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de

06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

9.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.11.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 9.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.11.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

9.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.12.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 9.12 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

9.12.2. O disposto no subitem 9.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

9.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.13.1. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 8.1.9 deste edital.

9.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

9.13.1.2. Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

9.13.2. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

9.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

9.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.764/2022, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos

seguintes meios: Portal de Compras do Governo Federal, Site Oficial do DMAES e e-mail corporativo pregao2@dmaespontenova.mg.gov.br.

- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA RETENÇÃO DO IR NA FONTE

- 11.1. Os órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações.
- 11.2. A obrigação de retenção do IR alcançará os contratos vigentes e as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades, ressalvadas as exceções previstas na legislação.
- 11.3. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n. 1.234/2012.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada Ata da sessão pública no sistema eletrônico e no site Oficial do DMAES.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do DMAES no endereço eletrônico www.dmaespontenova.mg.gov.br/licitacoes.
- 12.11. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.
- 12.12. Presumem-se como lidas as mensagens eletrônicas enviadas aos licitantes/contratados, após 5 (cinco) dias úteis do envio, a partir de quando os prazos para manifestações e/ou defesa começarão a correr.
- 12.13. As despesas serão pagas com recursos financeiros próprios através de dotações orçamentárias do Orçamento Anual vigente, sob as rubricas: **17.512.0050.4016 - 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)**.
- 12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.14.1. ANEXO I – Minuta do Contrato;
 - 12.14.2. ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços;
 - 12.14.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;
 - 12.14.4. ANEXO IV – Termo de Referência.

Ponte Nova (MG), 23 de maio de 2025.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO
Dretor Geral do DMAES
Matrícula Funcional nº 0750

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O DMAES, AUTARQUIA MUNICIPAL, E A
EMPRESA

O DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento, CONTRATANTE, com sede na Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, na cidade de Ponte Nova/Estado de Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, neste ato representado pelo Sr. Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito, Diretor Geral, nomeado pelo Decreto Municipal nº 10.444/2017, de 01 de janeiro de 2017, portador da Matrícula Funcional nº 0750, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, *Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede _____, cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo (a) responsável legal: _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, Contato: _____ (tel) ou _____ (e-mail), tendo em vista o que consta no Processo nº xxx, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Código DMAES	CATMAT	Especificação	Unidade de medida	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
1								

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Edital da Licitação e seus anexos;
- 1.3.2. A Proposta da contratada;
- 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:

3.2.1. GESTOR DO CONTRATO: Carlos Henrique Marcelo, matrícula 481, Assistente Administrativo, e-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5367;

3.2.2. FISCAL DO CONTRATO: Walter Superbi Toledo, Chefe da Frota, e-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg. Telefone de contato: (31) 3819-5384.

3.3. Compete ao gestor da ata acima identificado exercer a função administrativa do mesmo, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

3.4. Compete ao fiscal da ata acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, INPC OU IGP, o que for mais vantajoso para o DMAES, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DEZ- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1.1. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do objeto a ser fornecido, incluindo quanto a qualidade, normas sanitárias, ambientais, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA ONZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Com fulcro no Decreto Municipal nº 12.764/2022 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1. advertência;

11.2.2. multa:

- a) compensatória e
- b) de mora.

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

11.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

11.6. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

11.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I – descumprimento de pequena relevância;

II – inexecução parcial de obrigação contratual.

11.7.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que: a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.8.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

11.8.2. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.8.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.8.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - desconto do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

11.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

11.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.10.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 11.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.11. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.12.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 11.12 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.12.2. O disposto no subitem 11.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.13.1. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.

11.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.13.1.2. Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

11.13.2. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

11.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.764/2022, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

11.15. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do DMAES deste exercício, na dotação abaixo discriminada: **17.512.0050.4016 - 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)**.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DEZESSETE – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, renunciando a qualquer outro.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa: (Razão Social da Empresa)
CNPJ: (Nº de inscrição) **Inscrição Estadual:** (Nº de inscrição)
Endereço: (Endereço completo com CEP) **Contato:** (Telefone, Celular e E-mail)
Responsável Legal: (Nome completo do sócio/administrador) **RG e CPF:** (Nº de inscrição)

Ao DMAES de Ponte Nova – MG

Pregão nº: _____

Processo nº: _____

Objeto: _____

Prezados Senhores,

Pela presente, formulamos Proposta de Preços para o Pregão nº _____ / _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Marca	UNID	QTDE	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA			Por extenso			

O prazo de validade da presente proposta é de _____ dias, a contar da abertura da mesma.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, materiais, pessoal, mão de obra, frete, carga e descarga, embalagens, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças e outros necessários à total e perfeito fornecimento/execução do objeto.

Declaramos haver recebido do DMAES o Edital e seus Anexos, estando ciente de todas as suas normas e exigências, as quais aceitamos da forma como propostas.

Atenciosamente,

Local /UF, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal
NOME / QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL - RG E CPF

Estudo Técnico Preliminar 4/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 225/2025

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O serviço de seguro para a retroescavadeira da frota do DMAES tem por finalidade atender às necessidades do DMAES, no que tange à segurança patrimonial, de terceiros e de nossos colabores tendo a garantia de uma proteção capaz de cobrir as despesas necessárias e imediatas em um evento adverso (sinistro), evitando transtornos para a autarquia.
- 2.2. A necessidade do serviço para a Autarquia: mediante a utilização da retroescavadeira em vários locais na prestação de serviços em redes de água, esgoto é indispensável a contratação deste serviço.
- 2.3. Portanto, há a necessidade de iniciar um processo de Licitação, na modalidade Pregão (eletrônico), por serem considerados serviços comuns e continuados, ou seja, disponíveis no mercado para contratação a qualquer momento, padronizados, possuindo atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento somente às necessidades do DMAES, para assim atender as demandas do DMAES, assegurando a execução dos serviços realizados pelo Setor de Frotas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Frotas	Walter Superbi Toledo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. O serviço deverá ser imediato durante a vigência do contrato.
- 4.2. Os serviços deverão ser executados, conforme necessidade e exigências do DMAES, com todas as despesas inclusas incluindo material e mão de obra e serviço de táxi em caso de sinistro que impossibilite a locomoção do veículo.
- 4.3. A seguradora deverá disponibilizar um número de telefone de fácil acesso, que receba ligações sem custo para o segurado, tanto de telefones fixo quanto móvel.
- 4.4. A seguradora deverá oferecer possibilidade transferência de seguro, de uma retroescavadeira para o outro, sem custo adicional, mesmo quando não se tratar de retroescavadeira 0Km.
- 4.5. A seguradora deverá realizar vistoria antes da emissão dos cartões de segurado.

Assinado por 3 pessoas: INGRID AFERRIGIBANER, WALTER SUPERBI TOLEDO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/40883-C9D5-44B6-8E22> e informe o código 40883-C9D5-44B6-8E22



4.6. A seguradora deverá prestar pronto atendimento, inclusive quando necessário, no local do sinistro, principalmente quando se tratar de danos a terceiros.

4.7. Como pronto atendimento subentende-se em assistência 24 horas pós a solicitação para a solução ou encaminhamento da demanda.

4.8. A retroescavadeira da frota do DMAES, quando não estão em serviço, ficam estacionados/guardados ou na sede administrativa situada à Avenida Ernesto Trivellato, 158, bairro Triângulo, CEP: 35430-141, Ponte Nova/MG. com garagem fechada e descoberta.

4.9. A contratação de seguradora para a retroescavadeira Randon RD406 é indispensável uma vez que o veículo é de suma importância na prestação de serviços, objetivando a segurança patrimonial, segurança dos servidores e de terceiros em caso de sinistros, furtos e danos. Alguns requisitos mínimos para a contratação são de suma importância nesta contratação por considerar indispensáveis para a autarquia.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a natureza do objeto, 03 opções se apresentam possíveis:

5.1.1. Contratação de seguradora para a retroescavadeira Randon RD 406 da frota do DMAES.

5.1.2 A não contratação do seguro veicular e em caso de eventual sinistro, arcar com todas as despesas dos veículos.

5.1.3. Contratação de cooperativas de seguro.

5.2. ANÁLISE DA OPÇÃO MAIS VIÁVEL

5.2.1. A opção 1 se destaca como a opção mais viável, visto que uma contratação de empresa gerenciadora dos seguros de toda a frota de veículos do DMAES, torna-se mais vantajoso tendo em vista a última contratação realizado foi de R\$7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) para um seguro de retroescavadeira Randon RD406.

5.2.2 A não contratação do seguro para a frota acarretaria custos ao DMAES em caso de algum sinistro com danos ao patrimônio público e eventuais indenizações a terceiros. Além disso o pagamento da apólice do seguro é feito em uma única parcela com validade de 12 (doze) meses.

5.2.3 A contratação por cooperativas de seguros, por ser mais barata, apresenta inúmeras desvantagens pois é baseada no princípio da mutualidade, mas com algumas peculiaridades. Uma delas é que as cooperativas de seguros **não oferecem apólices nem indenizações**, mas sim proteção veicular e rateio, causaria transtornos à Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Conforme este estudo técnico a solução encontrada será a contratação de seguro para retroescavadeira Randon RD406, para cobrir os danos materiais, danos da natureza (granizos, enchentes, alagamentos, etc), roubo e furto, assim como terceiros e servidores caso ocorra algum sinistro.

6.2 O DMAES possui uma máquina retroescavadeira Randon RD406 com valor de mercado estimado no valor de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), a contratação do seguro para o equipamento com todas as coberturas de casco, colisão, roubo, incêndio, roubo e furto. A retroescavadeira trabalha em locais úmidos, na manutenção de redes e ramais de água e esgoto, a cobertura do seguro contempla a apólice bem franquias e endosso e apólice. Eventualmente ocorra algum sinistro, o seguro cobrirá todas as despesas correlatas a terceiros e do segurado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estima-se contratar o serviço de seguro total para máquina Retroescavadeira Randon RD406 RET-2017 da frota do DMAES.

- CHASSI: 9AD406AQLH0006749
- Ano fab/Mod.: 2019/2019

7.1.1. O contrato de seguro terá uma vigência inicial de 12 (doze) meses contar da data da sua celebração, podendo ser continuamente renovado, observado o limite decenal (10 anos) e se comprovada sua vantajosidade econômica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, artigo 107.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.000,00

8.1. Estima-se que serão gastos R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a contratação.

8.2. Considerada a contratação anterior, de mesma natureza, referente ao Processo 018/2020, Pregão Presencial 007/2020, Contrato 024/2020, de R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

8.3. O valor acima considera a possibilidade de uma vigência de 12 (doze) meses do correspondente Contrato 027/2019, prorrogável por igual período, forte na Lei nº 14.133/2021, artigo 107.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

9.2. A aquisição por itens, em vez de por lotes, está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quando os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados possuem características distintas, tornando o julgamento por item mais vantajoso. Justifica-se a contratação por item, tendo em vista que o item engloba todos os veículos da frota do DMAES, uma vez que essa modalidade permite maior competitividade e a possibilidade de obter propostas mais vantajosas.

9.5. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação seja realizada por item, pois essa abordagem favorece tanto a execução quanto o controle do serviço contratado, garantindo a melhor relação custo-benefício para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em questão encontra alinhamento com as compras anuais da autarquia. Contudo, deixa-se de vinculá-la ao Plano Anual de Contratação 2025 visto que este não foi elaborado em razão da adesão à Lei nº 14.133 /2021, conforme regulamentação municipal, após o prazo para tanto.

11.2. De toda forma, a despesa em questão encontra previsão e orçamento suficientes na Lei Orçamentária Anual 2025, devidamente aprovada em âmbito legislativo.

12. Análise de Riscos

12.1. Tendo em vista a natureza dos itens que se pretende adquirir, bem como a modalidade de execução da contratação, avaliam-se os seguintes possíveis riscos.

RISCOS	GRAU	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS
Licitação frustrada ou deserta.	ALTO	Realizar dispensa da licitação por não ter acudido interessados em licitação anterior, obedecendo todos os requisitos da licitação.
Empresa detentora do contrato não cumprir com a obrigação de executar os serviços no prazo estipulado ou com características técnicas diferentes das solicitadas.	ALTO	Notificar via Gestor de Contratos a empresa, oferecer o prazo legal para resposta e em caso de não solução proceder com abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
Atraso ou suspensão no processo licitatório em fase de licitação.	MÉDIO	Observar todos os requisitos dos documentos de demanda para evitar quaisquer erros para tentar minimizar riscos de impugnações que gerem suspensões ou atrasos.
Processo paralisar em qualquer fase.	BAIXO	Requisitante acompanhar os trâmites pelo 1Doc, visto a urgência do processo.
Falta de saldo orçamentário em ficha específica.	BAIXO	Marcar o Assessor de Orçamento no início do processo para que ele tenha conhecimento do valor e possa se organizar para garantir a estimativa do impacto orçamentário.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação de seguro trará mais segurança patrimonial, terceiros e colaboradores com a garantia de proteção capaz de cobrir todas as despesas necessárias e imediatas em algum evento adverso (sinistro), afim de evitar transtornos para a autarquia. A contratação continua que se pretende, implicará, em economicidade, ao evitar problemas emergenciais não programados.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de um servidor designado, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda propor aplicações de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça a qualquer uma das cláusulas estabelecidas no Termo de Referência.

14.2. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados.

14.3. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Termo de Referência.

14.4. Comunicar à detentora do contrato, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que não seja repetido.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Impactos ambientais não observados para esta contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Visando a segurança patrimonial e de terceiros em eventual sinistro, torna-se viável a contratação do seguro para toda a frota do DMAES.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALTER SUPERBI TOLEDO

Chefe da Frota

ELIANA FELICIO VIEIRA

Assistente Administrativo

Assinado por 3 pessoas: ~~INGRIDA FERREIRA NEVES~~, ~~EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO~~ e ~~EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO~~
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/4083-C9D5-44B6-8E22> e informe o código 4083-C9D5-44B6-8E22



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PRC018_20_PREG007_20_QUARTO_ADITIVO_MINUTA_GENTE_SEGURADORA.pdf (621.9 KB)
- Anexo II - PRC018_20_PREG007_20_CONTRATO_GENTE_SEGURADORA.pdf (9.48 MB)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2020

PROCESSO Nº 018/2020 - PREGÃO 007/2020

CONTRATANTE: Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento - DMAES, autarquia municipal de direito público, com sede à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, cidade de Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.802.507/0001-64, neste ato representado por seu Diretor Geral, Anderson Roberto Nacif Sodré, inscrito no CPF sob o nº: 035.124.436-05.

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu Diretor Marcelo Wais, representante legal, inscrito no CPF: 632.005.380-15.

OBJETO: Contratação de seguro para a retroescavadeira do DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento em todo o território nacional, com cobertura total, incluindo cobertura contra danos elétricos, equivalente ao valor total da máquina, cobertura contra roubo ou furto equivalente ao valor total da máquina, cobertura de responsabilidade civil em razão de operações do equipamento que causem danos materiais e/ou corporais no valor equivalente a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), cobertura contra danos à máquina em razão de incêndio, colisões ou outros desastres naturais, equivalente ao valor da máquina, cobertura em razão de operações do equipamento em locais próximos à água, atoleiros e barrancos, cobertura de 10% do valor da máquina para despesa de salvamento. (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 02/06/2020 até 02/06/2021.

SETOR INTERESSADO/RESPONSÁVEL: Setor de Frotas.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: 17.512.0054.4016.3390.39.

RECURSOS FINANCEIROS: Próprio.

O DMAES - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Autarquia Municipal, com sede à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, inscrito no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, representado por seu Diretor Geral, ANDERSON ROBERTO NACIF SODRE, inscrito no CPF sob o nº: 035.124.436-05, ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresa Gente Seguradora S/A, sociedade

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 - Processo nº 018/2020 - Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 1 de 11

anônima de capital fechado, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu Diretor Marcelo Wais, representante legal, inscrito no CPF: 632.005.380-15, ora denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo nº 018/2020, Pregão Presencial nº 007/2020, com base legal nos Decretos Municipais nºs 4.957/2004, 9.259/2013, 11.433/2019, Lei Municipal nº 4.4432/2019 e Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/93, Leis Complementares nºs 123/2006 e 147/2014, e suas posteriores alterações, condições fixadas no Edital e Portaria nº 028/2020 e demais legislações pertinentes, devidamente adjudicada e homologada pelo Diretor Geral do DMAES, com sujeição à legislação aplicável, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto do presente **CONTRATO** é Prestação de serviço de seguro para a retroescavadeira do DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento em todo o território nacional, com cobertura total, incluindo cobertura contra danos elétricos, equivalente ao valor total da máquina, cobertura contra roubo ou furto equivalente ao valor total da máquina, cobertura de responsabilidade civil em razão de operações do equipamento que causem danos materiais e/ou corporais no valor equivalente a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), cobertura contra danos à máquina em razão de incêndio, colisões ou outros desastres naturais, equivalente ao valor da máquina, cobertura em razão de operações do equipamento em locais próximos à água, atoleiros e barrancos, cobertura de 10% do valor da máquina para despesa de salvamento. (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência).

Parágrafo Único: Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ambos constantes do Processo nº 018/2020, Pregão Presencial nº 007/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O acompanhamento e a fiscalização deste **CONTRATO**, assim como o recebimento e conferência dos itens, serão realizados pelo Setor Requisitante, qual seja, o Setor de Frotas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS

3.1. Os valores unitários e os quantitativos dos itens contratados são:

Item	Especificação	Código	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Prestação de Serviço de Seguro total e de terceiros para uma máquina retroescavadeira RANDON RD406, pertencente ao DMAES, que inclua cobertura: 1- contra danos elétricos; 2- contra roubo ou furto; 3- de responsabilidade civil; 4- contra danos	8039	sv	01	R\$ 5.800,00	R\$ 5.800,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 - Processo nº 018/2020 - Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 2 de 11

materiais causados por incêndios, colisões ou outros desastres naturais; 5- e em razão de operações do equipamento próximo à água, atoleiros e barrancos.

Dados Principais:

Retroescavadeira Randon, Modelo RD406, Tração 4x4 (Eixos Carraro), Motor MWM Turboalimentação com 100HP, Cabine Fechada Rops/Fops com ar condicionado, cor amarelo e preto.

Chassi: 9AD406ATPK0007408

Número Motor: e1s205258

Ano Fáb./Mod.: 2019/2019

Valor: 184.040,00

Informações Complementares:

- Valor determinado da máquina: R\$ 184.040,00;
- Responsabilidade civil (danos materiais e/ou corporais): cobertura R\$ 200.000,00;
- Danos físicos do bem: cobertura R\$ 184.040,00;
- Danos Elétricos: cobertura R\$ 184.040,00;
- Equipamentos operados próximos à água: cobertura R\$ 184.040,00
- Valor do bem calculado por tabela FIPE ou em falta desta, calcula-se por outra que venha a substituí-la oficialmente.
- Vigência contratual de 12 meses.

3.1.1. Perfazendo o presente CONTRATO o valor total de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais).

3.2. Na eventualidade de ocorrer alterações na política econômica vigente, os preços poderão sofrer alterações com base em índices divulgados pelo Governo, mediante apresentação das notas fiscais comprobatórias. O realinhamento de preços deverá ser PREVIAMENTE solicitado pela CONTRATADA, "POR ESCRITO", à Diretoria do DMAES, com apresentação da nota fiscal de compra na data da cotação e a próxima que comprove o reajuste.

Parágrafo Quarto: Todo pagamento está condicionado ao aceite do DMAES.

3.3. Os valores contratuais somente sofrerão alterações desde que respeitados os limites dispostos no art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93. Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de doze meses, a contar da data da apresentação da Proposta.

3.4. A periodicidade do reajuste deverá ser anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do primeiro dia imediatamente subsequentes ao término do décimo segundo mês da data da apresentação da Proposta, e, assim, sucessivamente.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 – Processo nº 018/2020 – Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 3 de 11

Avenida Ernesto Trivellato, nº 150, Bairro Triângulo
Ponte Nova / Minas Gerais – CEP: 35430-141

CNPJ: 23.802.507/0001-64 - Inscrição Estadual: isento

PABX: (31) 3819-5350 – RAMAL PREGÃO: (31) 38195371

EMAIL: pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

WEBSITE: www.dmaespontenova.mg.gov.br

3.5. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou do saldo contratual passará a ser praticado pelo subsequente período de um ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a VIGÊNCIA DO CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA: DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Em até 30 (trinta) dias, após aceite do DMAES, mediante entrega da Nota Fiscal acompanhada da CND Conjunta Federal, CRF do FGTS, CND Trabalhista e CND Municipal.

4.2. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no subitem anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

4.5. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

4.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TCU encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

4.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

4.8. Todo pagamento está condicionado ao aceite dos gestores e responsáveis pelo CONTRATO, e serão realizados mediante entrega da Nota Fiscal, acompanhada da CND Conjunta Federal, CRF do FGTS, CND's Trabalhista, Estadual e Municipal.

4.9. Após recebimento da apólice o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA ou por meio de pagamento de boleto.

CLÁUSULA QUINTA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. A forma de execução do objeto do presente CONTRATO, será do tipo EXECUÇÃO PARCELADA, durante a VIGÊNCIA DO CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA obriga-se a executar, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 - Processo nº 018/2020 - Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 4 de 11

Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo
Ponte Nova / Minas Gerais - CEP: 35430-141
CNPJ: 23.802.507/0001-64 - Inscrição Estadual: isento
PABX: (31) 3819-5350 - RAMAL PREGÃO: (31) 38195371

EMAIL: pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

WEBSITE: www.dmaespontenova.mg.gov.br

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA se obriga a não efetuar, em qualquer hipótese, a entrega de modo a contrariar a forma aqui estabelecida, pelo que, desde já exime a CONTRATANTE, de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência.

5.2 O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 (doze) meses, de 02/06/2020 a 02/06/2021.

5.3. O prazo poderá ser prorrogado se estiver de comum acordo entre a CONTRATADA e o DMAES, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. Os itens deverão ser entregues conforme disposto abaixo:

6.1.1. O recebimento definitivo para fins de liberação da nota fiscal para pagamento se dará com a verificação da equivalência do que foi requisitado com a execução.

6.1.2. O item poderá ser rejeitado se não estiver de acordo com as especificações desse termo de referência.

6.2. RESPONSÁVEL PELO ACEITE OU ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS: Setor de Frotas.

6.3. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Os serviços deverão ser executados em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

6.4. LOCAL DE EXECUÇÃO: Todo o território Nacional.

6.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, de 02/06/2020 a 02/06/2021.

CLÁUSULA SETIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O recurso financeiro destinado ao pagamento da importância contratada, será feito com recursos próprios do DMAES, e acham-se previstos na dotação orçamentária sob a rubrica: 17.512.0054.4016.3390.39

CLÁUSULA OITAVA: DA LEGISLAÇÃO

8.1. O presente CONTRATO vincula-se à Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10520/2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014 e Decretos Municipais nº4957/2004 e 9259/2013, posteriores alterações, aplicando-se nos casos omissos o disposto na legislação civil vigente e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA: DO PRAZO

9.1. O prazo de duração do presente CONTRATO, se limita 12 (doze) meses, de 02/06/2020 a 02/06/2021.

Parágrafo Único: O presente CONTRATO poderá ser rescindido, aditado, suprimido ou prorrogado nos limites, prazos e condições previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DEZ: DA RESPONSABILIDADE

10.1. Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, previstas no art. 393 do Código Civil de 2002, a CONTRATADA responderá com suporte no princípio da responsabilidade subjetiva, por quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE bem como a terceiros, seja por ato ou fato, comissivo ou omissivo da CONTRATADA ou de seus prepostos. Diante de eventuais vícios e/ou defeitos dos serviços

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 – Processo nº 018/2020 – Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA – (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 5 de 11

prestados pela contratada, esta responderá conforme previsões da legislação vigente, aplicável à natureza do negócio jurídico.

Parágrafo Primeiro: Em caso de ocorrência de prejuízos e danos previstos no "caput" desta cláusula, a CONTRATANTE ao seu alvedrio, declarará a ocorrência do débito respectivo e fixará o valor do prejuízo, podendo abatê-lo das faturas relativas ao fornecimento prestado pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial independentemente da CONTRATADA na apuração de débito, a execução de letras de câmbio e valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA obriga-se em manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA ONZE: DA MULTA

11.1. A inadimplência contratual por parte da CONTRATADA, verificada e declarada pelo CONTRATANTE, independentemente de procedimento judicial, além de outras sanções cabíveis, implicará na multa de 2% (dois por cento) do valor global do CONTRATO, descontado desde logo quando do pagamento da fatura apresentada pela CONTRATADA, ou, se por este modo impossível, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DOZE: DA RESCISÃO

12.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações, à qual as partes expressamente se submetem podendo ser determinada:

- Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do citado artigo, quando nenhuma indenização será devida à CONTRATADA;
- Amigável, por acordo entre as partes, havendo conveniência para a CONTRATANTE, através de termo de distrato;
- Judicial, nos termos da Lei.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de rescisão não amigável do CONTRATO, não vinculada a ato ou fato da CONTRATADA, será dado pré-aviso com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo: Permanecem, reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Parágrafo Terceiro: Este CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral, escrito e motivado da CONTRATANTE quando o interesse público o justificar, sem indenização à CONTRATADA, nos termos do art. 79 da Lei n.º 8.666/93, a não ser o caso de dano efetivo resultante.

CLÁUSULA TREZE: DA CESSÃO

13.1. O objeto deste CONTRATO deverá ser executado diretamente pela CONTRATADA, vedadas cessão e sublocação, salvo na ocorrência comprovada de força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica dos mesmos.

CLÁUSULA QUATORZE: DO ADITAMENTO

14.1. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ou ainda, mediante termo aditivo, ter variação de valor ou modificação de quantidade.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 - Processo nº 018/2020 - Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 6 de 11

Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo

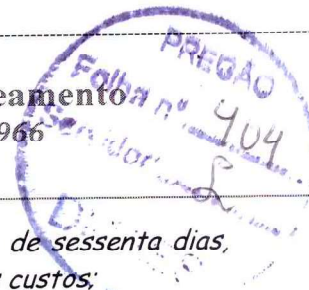
Ponte Nova / Minas Gerais - CEP: 35430-141

CNPJ: 23.802.507/0001-64 - Inscrição Estadual: Isento

PABX: (31) 3819-5350 - RAMAL PREGÃO: (31) 38195371

EMAIL: pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

WEBSITE: www.dmaespontenova.mg.gov.br



- c) A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;
- d) As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de aditamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos Contratos, exceto quando coincidirem com prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento;
- e) O prazo referido no item "c" ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;
- f) A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- g) Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou
 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;
 - No caso previsto no subitem anterior, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- h) Nas eventuais prorrogações que ocorrerem, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados como condição para a renovação (art. 19, XVII da IN nº 02 de 2008).
- i) A CONTRATADA arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer alguns eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, observados os dispostos no §§ 1º e 2º do art. 23 da IN nº 02 de 2008.
- Parágrafo Terceiro: As repactuações a que o Contrato fizer jus e não forem solicitadas durante a VIGÊNCIA DO CONTRATO, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato (§ 7º, art. 40 da IN nº 02 de 2008).

CLAÚSULA DEZOITO: DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

As partes ficam obrigadas:

18.1. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

18.1.1. Receber a ordem de fornecimento e providenciar dentro de no máximo 15 (quinze) dias o envio da apólice e todas as informações necessárias para que a Contratante possa acionar em caso de necessidade.

18.1.2. Comunicar ao DMAES, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida aprovação.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 - Processo nº 018/2020 - Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 8 de 11

Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo
Ponte Nova / Minas Gerais - CEP: 35430-141
CNPJ: 23.802.507/0001-64 - Inscrição Estadual: isento
PABX: (31) 3819-5350 - RAMAL PREGÃO: (31) 38195371

EMAIL: pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

WEBSITE: www.dmaespontenova.mg.gov.br

18.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

18.2. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

18.2.1. Acionar a seguradora em caso de necessidade especificando detalhadamente o problema ocorrido e a necessidade real da autarquia.

18.2.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, para que não seja repetido;

18.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor especialmente designado.

18.2.4. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DEZENOVE: DAS PENALIDADES

19.1. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da ENTREGA do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a ENTREGA do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Ponte Nova/MG e/ou SICAF/SIAFEM, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.2. Poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos à Administração Pública:

19.2.1. Advertência escrita, que consistirá em comunicação formal quanto à conduta do CONTRATADO, acerca do descumprimento das obrigações contratuais, que a CONTRATANTE reputar menos graves, considerando a proporcionalidade e a gradação das penalidades administrativas, além da determinação de adoção de necessárias medidas de correção.

19.2.2. Multas, observados os seguintes limites máximos:

- 1,0% (um por cento) do valor do Contrato, por dia de descumprimento da Ordem de Fornecimento, emitida pelo DMAES, para fornecimento de produtos, até o limite de 10 (dez) dias;

- 10% (dez por cento) do valor do Contrato, havendo reincidência quanto à pena de advertência, a qual já tenha fixado prazo de 48 (quarenta e oito) horas para correção das falhas nela discriminadas, o que também caracterizará inexecução parcial do Contrato;

- 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do Contrato, em razão de descumprimento da Ordem de Fornecimento, emitida pelo DMAES, para o fornecimento de produtos, em prazo superior a 10 (dez) dias, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 40% (quarenta por cento) sobre o valor do Contrato, em razão de descumprimento da Ordem de Fornecimento, emitida pelo DMAES, para o fornecimento de produtos, em prazo superior a 30 (trinta) dias, o que caracterizará inexecução total do Contrato e consequente rescisão contratual.

19.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por atraso superior a 30 (trinta) dias, pelo prazo previsto em lei.

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 – Processo nº 018/2020 – Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA - (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 9 de 11

Avenida Ernesto Trivellato, nº 156, Bairro Triângulo
Ponte Nova / Minas Gerais - CEP: 35430-141

CNPJ: 23.802.507/0001-64 - Inscrição Estadual: isento
PABX: (31) 3819-5350 - RAMAL PREGÃO: (31) 38195371

EMAIL: pregao@dmaespontenova.mg.gov.br

WEBSITE: www.dmaespontenova.mg.gov.br



o contratado ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, nos termos do art. 34 do Decreto 44431 de 29/12/2006.

19.3. A aplicação das multas será precedida de regular Processo Administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma da lei.

19.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

19.5. Os valores das multas aplicadas, após regular Processo Administrativo, deverá ser recolhido, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

19.6. Com fundamento na legislação aplicável, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Ponte Nova/MG, e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas no edital, a **CONTRATADA** que:

- a) Se recusar a receber/retirar o Contrato/Instrumento Contratual/Empenho, dentro do prazo estabelecido no Edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da ENTREGA do seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na ENTREGA do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

19.7. O descumprimento do compromisso celebrado com o DMAES sujeita o licitante vencedor às penalidades previstas neste instrumento convocatório e na Lei 8666/93, observando-se, no que couber, o que prevê o Decreto Municipal nº 11433/2019.

CLÁUSULA VINTE: DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato oriundo dessa contratação terão como responsáveis:

20.1. GESTOR DO CONTRATO:

Elaine Christina Pasqualon dos Anjos, Assistente Administrativo, Matrícula 458.

E-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br

Telefone de contato: (31) 3819-5394

20.1.1. Compete ao gestor do contrato acima identificado exercer a função administrativa do mesmo, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

20.2. FISCAL DO CONTRATO:

Walter Superbi Toledo, Chefe de Seção de Frota, Matrícula 486.

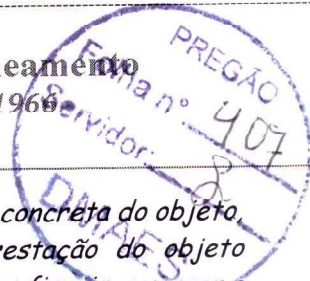
E-mail de contato: frotas@dmaespontenova.mg.gov.br

Telefone de contato: (31) 3881-5384.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 – Processo nº 018/2020 – Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA – (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 10 de 11



20.2.1. Compete ao fiscal do contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

CLÁUSULA VINTE E UM: DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ponte Nova-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja, para solução de qualquer pendência atinente a este CONTRATO.

E por estarem assim ajustados, as partes firmam o presente Contrato, com quatro vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Ponte Nova (MG), 02 de junho de 2020.


ANDERSON ROBERTO NACIF SODRÉ

Diretor Geral - CPF: 035.124.436-05

DMAES - Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento - CONTRATANTE


MARCELO WAIS

Diretor - CPF: 632.005.380-15

Gente Seguradora S/A - CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ RG: _____

2) _____ RG: _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 024/2020 – Processo nº 018/2020 – Pregão nº 007/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Total para Retroescavadeira- VIGÊNCIA 12 MESES - EXECUÇÃO PARCELADA – (Conforme especificações e condições contidas no Anexo I - Termo de Referência)

Página 11 de 11

MINUTA DO QUARTO ADITAMENTO DE CONTRATO Nº 024/2020
RENOVAÇÃO CONTRATUAL
PROCESSO Nº 018/2020 – PREGÃO 007/2020

O DMAES - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Autarquia Municipal, com sede à Avenida Ernesto Trivellato, nº 158, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, CEP: 35.430-141, inscrito no CNPJ sob o nº 23.802.507/0001-64, representado por seu Diretor Geral, ANDERSON ROBERTO NACIF SODRE, inscrito no CPF sob o nº: 035.124.436-05, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Gente Seguradora S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro, cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada por seu Diretor Marcelo Wais, representante legal, inscrito no CPF: 632.005.380-15, ora denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente ADITIVO, em conformidade com o Processo nº 018/2020, Pregão Presencial nº 007/2020, com base legal nos Decretos Municipais nºs 4.957/2004, 9.259/2013, 11.433/2019, Lei Municipal nº 4.4432/2019 e Leis Federais nºs 10.520

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

O presente aditamento tem como objeto a renovação contratual, por igual período do instrumento original, o objeto da licitação, com base no art. 57 inciso II, da Lei Federal 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

O valor desse instrumento será de R\$ 5.854,52 (Cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), da seguinte forma:

Item	Especificação	Unid	Qtde	Valor Unitário Anterior R\$	Valor Unitário Atualizado R\$	Valor Total R\$
01	<p><i>Prestação de Serviço de Seguro total e de terceiros para uma máquina retroescavadeira RANDON RD406, pertencente ao DMAES, que inclua cobertura: 1- contra danos elétricos; 2- contra roubo ou furto; 3- de responsabilidade civil; 4- contra danos materiais causados por incêndios, colisões ou outros desastres naturais; 5- e em razão de operações do equipamento próximo à água, atoleiros e barrancos. Dados Principais:</i></p> <p><i>Retroescavadeira Randon, Modelo RD406, Tração 4x4 (Eixos Carraro), Motor MWM Turboalimentação com 100HP, Cabine Fechada Rops/Fops com ar condicionado, cor amarelo e preto. - Vigência contratual de 12 meses.</i></p> <p><i>Descrição detalhada em contrato original</i></p>	SV	01	R\$ 5.854,52	R\$ 5.854,52	R\$ 5.854,52

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

A vigência do presente instrumento de aditamento é de 03/06/2024 a 02/06/2025.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Original que não conflitarem com este instrumento.

E por estarem assim ajustados, as partes firmam o presente contrato, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Ponte Nova (MG), 10 de maio de 2024.

Depto. Municipal de Água, Esgoto e Saneamento
Anderson Roberto Nacif Sodré
Diretor Geral

Gente Seguradora S/A
Marcelo Wais
Representante Legal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4C84-C9D5-34B6-8F25

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIANA FELICIO VIEIRA (CPF 031.XXX.XXX-26) em 09/04/2025 14:23:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WALTER SUPERBI TOLEDO (CPF 583.XXX.XXX-34) em 09/04/2025 16:41:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO (CPF 073.XXX.XXX-34) em 09/04/2025 17:14:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/4C84-C9D5-34B6-8F25>



Termo de Referência 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	928496-DEPARTAMENTO MUN.DE ÁGUA,ESGOTO E SANEAMENTO	ELIANA FELICIO VIEIRA	15/04/2025 16:22 (v13.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		01/2025

1. Definição do objeto

1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total para a retroescavadeira Randon RD 2019/2019 da frota do DMAES, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquias obrigatória, franquias para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes neste termo de referência.

1.2 As especificações, códigos, unidades, quantidades e valores para cada item foram descritos na tabela abaixo:

Item	código	CATMAT /CATSER	Especificações	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	52819	30126	Contratação de empresa para a prestação de seguro total de retroescavadeira Randon RD 406 da frota do DMAES, ano/modelo:2019 /2019.	SV	01	9.499,48	9.499,48

1.3. A vigência inicial da presente contratação será de 12(doze) meses, havendo a possibilidade de prorrogação, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.4. A presente contratação será celebrada por meio do rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e todos os regulamentos que dela emanem.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A contratação da prestação de serviço de seguro da retroescavadeira compõem a frota do DMAES, é uma necessidade para garantir a segurança patrimonial a fim de proporcionar maior segurança no caso de envolvimento dos veículos e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, e ainda visa a restituição financeira por danos causados, além de garantir assistência 24 horas para os respectivos veículos próprios e veículos de terceiros, seus ocupantes em todo território nacional.

2.2. Considerando a probabilidade de ocorrer acidentes de trânsito e/ou outros sinistros, e considerando as diversas prestação de serviços exercidos pelos servidores que utilizam a máquina retroescavadeira na realização dos serviços, faz-se necessário contratar o serviço de seguro total para a mesma, como forma de reduzir o risco de perda patrimonial.

2.3. A escolha dos critérios de qualidade estabelecidos no presente Termo de Referência tem por base a incessante busca da Administração pela contratação da proposta mais vantajosa. Segundo a doutrina especializada, proposta mais vantajosa é aquela que oferece a melhor qualidade pelo menor preço.

2.4 Consta no ETP descrição pormenorizada das razões que fundamentam a solução eleita como mais adequada e viável.

2.5 O objeto da contratação não está previsto no plano anual de contratações, pois o DMAES está elaborando o primeiro plano neste exercício, para o exercício de 2026. Porém, está previsto na Lei Orçamentária Anual 2025, contendo rubrica específica que contemple a despesa em questão.

3. Descrição da solução

3.1 O quantitativo fora obtido através do levantamento da retroescavadeira atualmente pertencente à frota do DMAES, sem prejuízo de posteriores acréscimos, observado o limite legal estabelecido na Lei nº 14.133/2021, notadamente o artigo 124 e seguintes.

3.2 Sugere-se que seja realizada a aquisição dos itens através de Licitação na modalidade PREGÃO (eletrônico), critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, por serem considerados itens comuns, ou seja, itens disponíveis no mercado para compra ou contratação a qualquer momento, padronizados com atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento às necessidades do DMAES, ou seja, os itens estão prontos a satisfazer necessidades de qualquer órgão público.

3.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.765/2022.

3.4 Os bens que se pretendem adquirir enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.6 Fora verificado o Critério da Padronização, uma vez que as descrições dos itens são as mesmas solicitadas anualmente, que atendem satisfatoriamente às demandas dos requisitantes.

3.7 Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração. Em atenção ao art. 20 da Lei 14.133/2021, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

4. Requisitos da contratação

4.1 A contratação de empresa para prestação do serviço de SEGURO TOTAL para retroescavadeira Randon RD406 pertencente a frota do DMAES, com cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais por passageiros), cobertura contra furto, contra danos da natureza, franquia obrigatória, franquia para vidros, para-brisas e retrovisores e assistência 24 (vinte e quatro) horas, contemplando as coberturas estabelecidas na tabela de veículos em anexo a este Termo de Referência.

4.2 Será vedada a participação de cooperativas de seguros, mas, sim empresas especializadas no serviço de seguro veicular, devidamente licenciadas para tanto.

4.3 O canal de comunicação para aviso de sinistro disponibilizado pela CONTRATADA deverá estar à disposição 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, podendo ser via e-mail, telefone/whatsapp ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

4.4 A contratada será responsável pela garantia de cada item trocado, após o sinistro, conforme a validade da fabricante. Prazo de garantia mínimo de 12 (doze) meses, para peças e componentes, contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento provisório, pelo CONTRATANTE, considerando tratar-se de prática de mercado.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, este certame observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais/insumos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. O serviço de seguro deverá ser prestado na unidade do DMAES, endereço Av. Ernesto Trivellato, 158 - B. Triângulo Ponte Nova - MG - CEP:35430-141.

5.2. A vigência do seguro para a frota de veículos contratado será de 12(doze) meses, contados a partir de data da contratação, havendo possibilidade de prorrogação, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

5.3 Após a celebração e publicação do correspondente instrumento contratual, a contratada deverá apresentar ao DMAES os seguintes documentos:

5.3.1 **Inteiro Teor da Apólice**, que deve detalhar as coberturas oferecidas, incluindo roubo, furto, colisão, incêndio e demais riscos inerentes ao uso da retroescavadeira;

5.3.2 **Registro da Apólice na SUSEP**, a fim de se garantir a regularidade do produto segurado.

5.3. O prazo para o início da prestação dos serviços ocorrerá a partir das 0(zero) hora do dia posterior à assinatura do contrato pelo representante da seguradora.

5.4 Valor de mercado do casco referenciado atribuído a retroescavadeira, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto;

5.5 A reponsabilidade civil facultativa (RCF) será:

- Valor para indenização de danos materiais: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais);
- Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

5.6 A qualquer tempo, durante a vigência contratual, o DMAES se reservará no direito de incluir ou excluir equipamento retroescavadeira do contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5.7 O seguro automotivo deverá compreender as seguintes coberturas:

- Cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto.
- A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação da máquina retroescavadeira Randon RD segurada, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte da mesma até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:
- Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes.
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento, ainda que com veículos do próprio DMAES, e capotamento;
- Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre a retroescavadeira Randon RD 406 do DMAES;
- Acidente durante o transporte da retroescavadeira por outro apropriado;

Assinado por 3 pessoas: INGRID AFERRIGIBANNE, EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaspostenova.1doc.com.br/verificacao/8080-828367615F-4992> e informe o código 3008B-828367615F-4992

- Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- Danos da natureza, granizo, etc;
- Danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;
- Responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);
- Acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);
- Cobertura de vidros, inclusive para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores;
- Assistência 24 horas: Com guincho sem limite de horímetro em todos os municípios de Minas Gerais;
- Acessórios: conforme especificado em contrato e apólice.

5.8 A franquia será na modalidade obrigatória, devendo ser observado o valor máximo que não poderá ser ultrapassado, conforme especificado em contrato e apólice. A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) e outras variáveis. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituição unicamente de itens como: para-brisas frontais e vidro traseiro, vidro lateral retrovisores, faróis, lanternas, não serão cumulativas com a franquia que trata neste Termo de Referência. Serão analisadas as menores franquias praticadas pelo mercado. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

5.8.1 Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

5.8.2 As demais coberturas, riscos cobertos e não cobertos e condições gerais de fornecimento do serviço de seguro deverão ser aquelas reguladas no “Manual do Segurado – condições gerais aplicáveis a todas as coberturas”, o qual acompanha a apólice e são registradas na Superintendência de seguros privados – SUSEP, idênticas às aplicáveis a contratação de seguro automotivo por particulares, nos termos do art. 40, I da Lei Federal nº 14.133/21. Deve, ainda, obedecer integralmente às normas contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na qualidade do DMAES como usuário final dos serviços.

5.9 A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do empenho pela CONTRATADA, acompanhada das condições gerais do seguro.

5.9.1 A retroescavadeira Randon RD deverá estar segurada contra os riscos previstos na apólice desde a data do recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA, ainda que não emitida ainda a apólice, devendo a CONTRATADA fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro, entre a data do recebimento da nota de empenho e a emissão da apólice do seguro.

5.9.2 O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da nota de empenho, podendo ser prorrogado caso conveniente e vantajoso para a Administração nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.10 Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo DMAES e processada pela Termo de Referência, mediante endosso, inclusive no caso da compra de nova retroescavadeira por parte do DMAES.

5.11 A participante do certame, independente de ser ou não a prestadora de serviços atual, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder informado deste termo de referência, para o próximo período da vigência das apólices.

5.12 Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, este certame observará os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, de que os materiais/insumos apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal); seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), obedecendo as seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 A gestão e fiscalização da despesa a ser celebrada competirão aos seguintes servidores:

6.1.1 GESTOR DE CONTRATOS: Carlos Henrique Marcelo, Gestão de Contratos, e-mail de contato: contratos@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5367.

Assinado por 3 pessoas: INGRID AFERREIRA MENEZES, DUAL TER SUPERBI TOLEDO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/8080-828367615F-49092> e informe o código 3008B-828367615F-49092

6.1.2 FISCAL DA CONTRATAÇÃO: Walter Superbi Toledo, Chefe da Frota, e-mail de contato: frota@dmaespontenova.mg.gov.br. Telefone de contato: (31) 3819-5384

6.2 Compete ao Gestor de Contratos acima identificada exercer a função administrativa da mesma, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais que sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência e estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico financeiro

6.3 Compete ao Fiscal da Contratação acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações à gestora de contratos, atestar e receber documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, sanar as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

6.4 O Contrato Administrativo a ser celebrada terá vigência inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de sucessivas renovações, observado o limite decenal estabelecido no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, visto tratar-se de serviço continuado.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 O pagamento da apólice será efetuado em parcela única. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

7.2 Os prazos que perfazem o processo para pagamento serão os seguintes:

I – 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

II – 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

§ 1º Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

§ 2º Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do caput serão reduzidos pela metade.

§ 3º O prazo de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste item poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

§ 4º O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o inciso I do caput e o § 2º deste item.

§ 5º Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.3 Nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF no Tema nº 1.130 de repercussão geral e do art. 2º-A da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145 de 26/06/2023, pertence aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações, a pessoa física ou jurídica contratada para o fornecimento de bens ou para a prestação de serviços, conforme previsto nos artigos 158, inciso I e 157, inciso I da Constituição Federal.

7.3.1 Para cálculo da retenção do Imposto de Renda deve-se observar os percentuais a serem aplicados sobre o valor total da compra ou serviço, conforme o caso, contidos no Anexo I da IN RFB 1234/2012, que pode ser obtido através do link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>. Além disso, deve-se considerar o Decreto Municipal nº 13.131/2023 que regulamentou a questão em âmbito municipal e autorizou a retenção do IRRF com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

7.3.2 No documento fiscal emitido pelo fornecedor deve ser observado, obrigatoriamente, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF obtido pelo percentual aplicado sobre o total da compra ou serviço, conforme determina

Assinado por 3 pessoas: INGRID AFERREIRA MENEZES, WALTER SUPERBI TOLEDO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/8080-828367615F-E8092> e informe o código 3008B-828367615F-E8092

o art. 2º, §6º da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023. Quando houver a emissão de boleto e/ou fatura para pagamento o valor a pagar deve corresponder exatamente ao valor líquido considerando o abatimento da retenção do IRRF.

7.3.3 O valor do imposto sobre a renda retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte e poderá ser compensado ou deduzido por aquele que sofreu a retenção, observadas as regras determinadas no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

7.3.4 Caso o fornecedor se enquadre em algumas das hipóteses de isenção, não incidência ou alíquota zero, conforme prevê o art. 4º da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção do IR no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.3.5 Caso o fornecedor seja uma instituição de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 ou de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deverá declarar ao DMAES a condição de imunidade e isenção através da declaração respectiva ao caso, conforme anexos II e III da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 2º dessa instrução normativa, no ato da assinatura do contrato e/ou renovação, mediante declaração assinada pelo seu representante legal, a qual poderá ser apresentada eletronicamente e assinada por meio do certificado digital (ICPBrasil), sob pena de sofrer a retenção pelo descumprimento da exigência legal.

7.3.6 Se o fornecedor for optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá declarar tal condição, utilizando-se da declaração constante no anexo IV da IN RFB 1234/2012, no ato da assinatura do contrato e/ou renovação, mediante declaração assinada pelo seu representante legal, a qual poderá ser apresentada eletronicamente e assinada por meio do certificado digital (ICPBrasil).

7.3.7 Caso o fornecedor no decorrer do contrato deixe de cumprir os requisitos legais para imunidade, isenção ou não incidência do IRRF, deve informar formalmente tal condição ao DMAES por meio do fiscal e gestor do contrato, sob pena de arcar com as penalidades administrativas, civis e criminais pelo descumprimento das citadas disposições legais e das regras do presente edital.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 Sugere-se que seja realizada a aquisição dos itens através de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento menor preço por item, por serem considerados itens comuns, ou seja, itens disponíveis no mercado para compra ou contratação a qualquer momento, padronizados com atributos essenciais de forma objetiva e uniforme, cujas características são invariáveis e ainda, não possuindo peculiaridades específicas para atendimento às necessidades do DMAES, ou seja, os itens estão prontos a satisfazer necessidades de qualquer órgão público.

8.2 O licitante deve estar devidamente autorizado pela SUSEP para operar no ramo de seguros, sendo assim, deverá apresentar, quando da habilitação jurídica, seu Certificado de Registro na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

8.3 A proposta comercial do licitante, a ser apresentada em sessão pública, deverá conter minuta da apólice de seguro detalhando as coberturas oferecidas, em conformidade com o tecnicamente especificado neste TR.

Exigências de habilitação

8.2 Conforme o edital de licitação, modalidade pregão eletrônico.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.499,48

9.1 O valor estimado da solução escolhida é de **R\$ 9.499,48 (nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos)** considerando a última contratação no valor R\$5.854,52 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para a retroescavadeira Randon RD406 ano/mod.: 2019/2019 da frota de veículos do DMAES.

Assinado por 3 pessoas: INGRID AF EBERG IBAMBAE, DONAL TER SUPERBI TOLEDO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaes.pontopena.1doc.com.br/verificacao/8080-828367615F-49092> e informe o código 3008B-828367615F-49092

9.2 Esta estimativa refere-se à prestação do serviço de seguro veicular para a frota do DMAES, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade do futuro contrato ser aditivado sucessivamente, observado o **limite decenal** estabelecido no **artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, visto tratar-se de serviço continuado.**

9.3 Sugere-se que o preço de referência seja disponibilizado para consulta quando da publicação do Edital Convocatório, visto ser ato este inaugural da fase externa do procedimento licitatório.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento na seguinte dotação:

FICHA 837 - 17.512.0050.4016 - 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALTER SUPERBI TOLEDO

Chefe de Frota

ELIANA FELICIO VIEIRA

Assistente Administrativo

Assinado por 3 pessoas: INGRID AF EIRIGI B A NEAR E DOAL TER SUPERBI TOLEDO e EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/8080-8283676DA-E992> e informe o código 8080-8283676DA-E992



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3030-B284-76DA-E9B7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ELIANA FELICIO VIEIRA (CPF 031.XXX.XXX-26) em 15/04/2025 16:27:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WALTER SUPERBI TOLEDO (CPF 583.XXX.XXX-34) em 15/04/2025 16:38:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDUARDO G. RODRIGUES BEMFEITO (CPF 073.XXX.XXX-34) em 15/04/2025 16:53:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/3030-B284-76DA-E9B7>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 42FB-C2D3-415F-4C22

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



INGRID FERREIRA MACEDO (CPF 084.XXX.XXX-13) em 23/05/2025 15:01:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dmaespontenova.1doc.com.br/verificacao/42FB-C2D3-415F-4C22>